

Instituto dos Auditores Internos do Brasil

Demonstrações Contábeis acompanhadas  
do Relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2017

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016	11

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes  
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 – 12º andar  
Edifício Berrini One | Itaim Bibi  
São Paulo | SP | Brasil  
T +55 11 3886.5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos  
Conselheiros(as) e Diretores(as) do  
**Instituto dos Auditores Internos do Brasil**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto dos Auditores Internos do Brasil em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

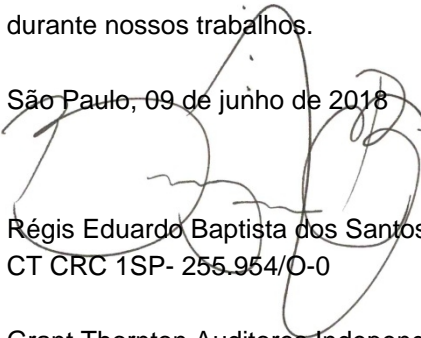
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de junho de 2018



Régis Eduardo Baptista dos Santos  
CT CRC 1SP- 255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

**Instituto dos Auditores Internos do Brasil**  
**CNPJ 62.070.115/0001-00**

**Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

(Valores expressos em reais)

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.415.268	1.681.521
Contas a receber	4	359.218	453.933
Outros créditos	5	59.804	13.927
Depósitos Judiciais	11	90.717	-
<b>Total do ativo circulante</b>		1.925.007	2.149.381
<b>Ativo não circulante</b>			
Imobilizado	6	40.113	33.155
Intangível	7	22.742	24.391
<b>Total do ativo não circulante</b>		62.855	57.546
<b>Total do ativo</b>		1.987.862	2.206.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Instituto dos Auditores Internos do Brasil**  
**CNPJ 62.070.115/0001-00**

**Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

(Valores expressos em reais)

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	8	12.502	30.937
Obrigações trabalhistas	9	131.983	100.539
Impostos e contribuições a recolher	11	59.194	131.579
Outras	10	91.101	14.726
<b>Total do passivo circulante</b>		294.780	277.781
<b>Passivo não circulante</b>			
Impostos e contribuições a recolher	11	118.536	157.825
<b>Total do passivo não circulante</b>		118.536	157.825
<b>Patrimônio líquido</b>			
Superávit acumulados	-	1.771.321	1.186.685
Superávit (déficit) exercício	-	(196.775)	584.636
<b>Total do patrimônio líquido</b>	12	1.574.546	1.771.321
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		1.987.862	2.206.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Instituto dos Auditores Internos do Brasil**  
**CNPJ 62.070.115/0001-00**

**Demonstração do resultado**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Receitas operacionais</b>			
Receitas líquidas de prestação de serviços	13	5.695.118	5.936.746
Trabalho voluntário	18	35.300	27.626
Custo com prestação de serviços	14	(2.997.374)	(3.177.806)
<b>Resultado bruto</b>		<u>2.733.044</u>	<u>2.786.566</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	15	(2.910.763)	(2.170.260)
Trabalho voluntário	18	(35.300)	(27.626)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<u>(2.946.063)</u>	<u>(2.197.886)</u>
Receitas financeiras	16	163.695	84.107
Despesas financeiras	16	(147.451)	(88.151)
<b>Resultado financeiro</b>		<u>16.244</u>	<u>(4.044)</u>
<b>Superávit (Déficit) do exercício</b>		<u><u>(196.775)</u></u>	<u><u>584.636</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Instituto dos Auditores Internos do Brasil**  
**CNPJ 62.070.115/0001-00**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

(Valores expressos em reais)

	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Superávit (déficit) acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	595.623	591.062	1.186.685
Incorporação do superávit acumulado ao patrimônio líquido	591.062	(591.062)	-
Superávit do exercício	-	584.636	584.636
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)</b>	----- 1.186.685	----- 584.636	----- 1.771.321
Incorporação do superávit acumulado ao patrimônio líquido	584.636	(584.636)	-
Déficit do exercício	-	(196.775)	(196.775)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	----- <u>1.771.321</u>	----- <u>(196.775)</u>	----- <u>1.574.546</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Instituto dos Auditores Internos do Brasil**  
**CNPJ 62.070.115/0001-00**

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit (deficit) do exercício	(196.775)	584.636
<b>Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	18.079	19.044
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>		
Contas a receber	94.715	(245.791)
Outros créditos	(45.877)	4.191
Depósitos Judiciais	(90.717)	-
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	(18.435)	(25.435)
Obrigações trabalhistas	31.444	(19.302)
Impostos e contribuições a recolher	(111.674)	(33.418)
Outras	76.375	8.613
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<u>(242.865)</u>	<u>292.538</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições de bens do ativo imobilizado e intangível	(23.388)	(11.413)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>(23.388)</u>	<u>(11.413)</u>
<b>Aumento de Caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(266.253)</u>	<u>281.125</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.681.521	1.400.396
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.415.268	1.681.521
<b>Aumento de Caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(266.253)</u>	<u>281.125</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em reais)

## 1. Contexto operacional

O Instituto dos Auditores Internos do Brasil (“IIA Brasil” ou “Instituto”) é uma entidade civil sem fins econômicos que tem como objetivo fortalecer a profissão de auditoria interna no país, oferecendo conhecimento e novas técnicas que agreguem valor à carreira dos seus associados, atualizando e certificando esses profissionais. Sua fundação ocorreu em 20 de novembro de 1960 e hoje é um dos 10 maiores em atuação no mundo entre as afiliadas do IIA Global (The Institute of Internal Auditors), sediado nos Estados Unidos.

Em seus 57 anos, o Instituto apresentou dois nomes. No momento de sua criação, estabeleceu-se como AUDIBRA (Instituto dos Auditores Internos do Brasil). Seguindo alinhamento à marca IIA Global, em 2010 passou a receber sua atual nomenclatura, IIA Brasil. A afiliação oficial ao The IIA ocorreu 11 anos antes (1999), possibilitando o desenvolvimento de programas preparatórios para certificações internacionais da profissão.

A partir de 2013, o Instituto começou a gerir e oferecer o serviço de avaliação de qualidade (*Quality Assessment*) de departamentos de Auditoria Interna para organizações dos setores público e privado.

Promover o valor dos auditores internos nas organizações, proporcionar condições para o desenvolvimento e a capacitação dos executivos do setor e, ainda, disseminar o papel desse profissional no mercado são preocupações do Instituto. Entre suas atividades de capacitação, o IIA Brasil oferece cursos técnicos, seminários e congressos, incentivando o debate e o intercâmbio de assuntos referentes à Auditoria Interna.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, assim como a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução nº 1.409 de 02 de setembro de 2015 relativa a entidades sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas pela Diretoria em 09 de junho de 2018.

### Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, o Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), exceto sobre as receitas financeiras;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), exceto sobre as receitas de prestação de serviços de consultoria de Avaliação da Qualidade de Departamentos de Auditoria Interna – QA;
- PIS sobre as receitas, havendo incidência do PIS sobre folha de pagamento;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas próprias, exceto sobre as receitas de prestação de serviços de consultoria de Avaliação da Qualidade de Departamentos de Auditoria Interna – QA.

### 2.2. Base de preparação

Essas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

### 2.4. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis:

#### 2.4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com cláusula de resgate imediato, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### **2.4.2. Contas a receber**

As contas a receber são registradas pelo valor faturado de eventos realizados. A administração não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa por julgar o risco de inadimplência de sua carteira muito baixo.

#### **2.4.3. Imobilizado e intangível**

Demonstrados ao custo de aquisição deduzido da depreciação e da amortização. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### **2.4.4. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações cambiais e monetárias incorridos.

#### **2.4.5. Receitas, custos e despesas**

As receitas, custos e despesas decorrentes das atividades são reconhecidos contabilmente, observando o regime de competência. As receitas de associados são reconhecidas mensalmente em função da ocorrência de seu fato gerador, independentemente de terem sido recebidas e quando aplicável são apresentadas com a respectiva provisão para os créditos julgados de difícil realização.

#### **2.4.6. Imposto sobre vendas**

As receitas prestação de serviços de consultoria de Avaliação da Qualidade de Departamentos de Auditoria Interna - QA estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços (ISS) a alíquota de 5% e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) a alíquota de 3%.

#### **2.4.7. Outros ativos e passivos circulantes**

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

#### **2.4.8. Uso de estimativas**

A preparação de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, requer que a Administração do Instituto se baseie em estimativas e premissas que incluem aspectos, tais como a vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado e as provisões para riscos, quando aplicável. Os resultados finais das transações subjacentes, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

#### **2.4.9. Provisão de férias**

A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

#### **2.4.10. Fluxo de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

#### 2.4.11. Gratuidade e trabalho voluntário

A Entidade obedece rigorosamente a legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus Administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos conselheiros, diretoria e comitês foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos conselheiros respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

#### 2.5. Reclassificação das cifras comparativas

De acordo com o CPC 23 (RI) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a rerepresentação retrospectiva é a correção do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de valores de elementos das demonstrações contábeis, como se um erro de exercícios anteriores nunca tivesse ocorrido. Essa mesma norma também prevê a aplicação de ajustes retrospectivos decorrentes de mudança de política contábil no exercício corrente, como se essa nova política contábil já estivesse sendo utilizada nos exercícios anteriores

##### (a) Reclassificação de contas e saldos

Visando melhor organização, metodologias e readequação das suas políticas internas, o Instituto elaborou um novo plano de contas, resultando na necessidade de rerepresentar alguns saldos de contas do exercício anterior, para fins de melhor comparação com as demonstrações contábeis de 2017, conforme apresentado no item (b).

##### (b) Efeitos da reclassificação

Os efeitos da rerepresentação são demonstrados pelas peças financeiras a seguir:

##### b.1 Impostos e contribuições a recolher

	2016 Reclassificado	2016 Original
ISS a recolher	6.362	6.362
ISS a recolher – 2008	69.371	99.825
COFINS a recolher	6.936	6.936
ISS parcelamento - curto prazo	39.289	39.289
IRRF a recolher	6.740	6.740
CSRF a recolher	1.214	1.214
INSS retido a recolher	1.667	1.667
<b>Total circulante</b>	<b>131.579</b>	<b>162.033</b>
ISS parcelamento - longo prazo (a)	157.825	127.371
<b>Total não circulante</b>	<b>157.825</b>	<b>127.371</b>
<b>Total</b>	<b>289.404</b>	<b>289.404</b>

## b.2 Despesas gerais e administrativas

	2016 Reclassificado	2016 Original
Pessoal	(891.929)	(891.929)
Encargos sociais	(239.993)	(239.993)
Assistência médica	(84.561)	(84.561)
Serviços de terceiros	(236.126)	(236.126)
Aluguéis e condomínios	(109.481)	(109.481)
Depreciações e Amortizações	(19.044)	(19.044)
Viagens e estadias	(74.619)	(74.619)
Tributos	(180.212)	(204.998)
Outras	(334.295)	(334.295)
<b>Total circulante</b>	<b>(2.170.260)</b>	<b>(2.195.046)</b>

## b.3 Receitas líquidas de prestação de serviços

	2016 Reclassificado	2016 Original
Treinamentos	3.026.551	3.026.551
Certificação	568.382	568.382
Associação	676.528	676.528
Quality Assessment	170.095	170.095
Eventos	1.495.190	1.519.976
<b>Receitas líquida serviços prestados</b>	<b>5.936.746</b>	<b>5.961.532</b>

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	256	743
Bancos conta movimento	90.811	13.374
Aplicações financeiras	1.324.201	1.667.404
<b>Total</b>	<b>1.415.268</b>	<b>1.681.521</b>

O caixa e equivalentes de caixa do Instituto estão depositados em bancos comerciais de primeira linha não havendo nenhum tipo de restrição a sua movimentação.

As aplicações financeiras estão disponíveis para uso imediato, de acordo com as necessidades da Administração. As aplicações financeiras em fundo de investimento são em Certificados de Depósito Bancários (CDBs), remunerados às taxas que variam de 100% a 104% do CDI.

## 4. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica registra em sua totalidade, as contas a receber relacionadas às receitas de serviços prestados, de eventos realizados e das contribuições dos associados.

	31/12/2017	31/12/2016
Cientes a receber	359.218	453.933
<b>Total</b>	<b>359.218</b>	<b>453.933</b>

A Administração não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa por julgar o risco de inadimplência de sua carteira muito baixo.

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	85.224	365.522
De 1 a 30 dias	233.504	9.165
De 31 a 60 dias	8.870	14.340
De 61 a 90 dias	-	3.272
De 91 a 180 dias	-	30.014
Mais de 180 dias	31.620	31.620
<b>Total</b>	<b>359.218</b>	<b>453.933</b>

## 5. Outros ativos

	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento de férias	9.291	3.993
Seguros	-	8.257
Adiantamento à fornecedores (a)	50.513	-
Outros	-	1.677
<b>Total</b>	<b>59.804</b>	<b>13.927</b>

(a) Este saldo refere-se a adiantamentos à fornecedores realizados em 2017, no qual a prestação de contas será realizada em 2018.

## 6. Imobilizado

A abertura do ativo imobilizado em 2017 é como segue:

	% – Taxa anual de depreciação	31/12/2017		31/12/2016	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	19.412	(19.412)	-	-
Computadores e periféricos	20%	87.381	(57.931)	29.450	12.017
Móveis e utensílios	10%	43.211	(32.548)	10.663	13.793
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	28.825	(28.825)	-	7.207
Instalações	10%	1.571	(1.571)	-	138
<b>Total</b>		<b>180.400</b>	<b>(140.287)</b>	<b>40.113</b>	<b>33.155</b>

A movimentação do ativo imobilizado em 2017 é como segue:

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2017
Computadores e periféricos	12.017	22.210	(4.777)	29.450
Móveis e utensílios	13.793	1.178	(4.308)	10.663
Benfeitorias em bens de terceiros	7.207	-	(7.207)	-
Instalações	138	-	(138)	-
<b>Total</b>	<b>33.155</b>	<b>23.388</b>	<b>(16.430)</b>	<b>40.113</b>

	Saldos em 31/12/2015	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2016
Computadores e periféricos	10.963	4.402	(3.348)	12.017
Móveis e utensílios	17.995	-	(4.202)	13.793
Benfeitorias em bens de terceiros	14.413	-	(7.206)	7.207
Instalações	296	-	(158)	138
<b>Total</b>	<b>43.667</b>	<b>4.402</b>	<b>(14.914)</b>	<b>33.155</b>



## 7. Intangível

A abertura do ativo intangível em 2017 é como segue:

	% – Taxa anual de amortização	31/12/2017			31/12/2016
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	0%	6.513	-	6.513	6.513
Software	20%	39.908	(23.679)	16.229	17.878
<b>Total</b>		<b>46.421</b>	<b>(23.679)</b>	<b>22.742</b>	<b>24.391</b>

A movimentação do ativo intangível em 2017 é como segue:

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2017
Marcas e patentes	6.513	-	-	6.513
Software	17.878	-	(1.649)	16.229
<b>Total</b>	<b>24.391</b>	<b>-</b>	<b>(1.649)</b>	<b>22.742</b>

	Saldos em 31/12/2015	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2016
Marcas e patentes	6.513	-	-	6.513
Software	14.997	7.011	(4.130)	17.878
<b>Total</b>	<b>21.510</b>	<b>7.011</b>	<b>(4.130)</b>	<b>24.391</b>

## 8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica monta o saldo de R\$ 12.502 (R\$ 30.937 em 31 de dezembro de 2016), composto basicamente por transações realizadas com fornecedores de materiais e prestadores de serviços.

## 9. Obrigações trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão de férias e encargos	88.242	77.409
INSS a recolher	26.774	15.843
FGTS a recolher	7.516	6.267
PIS a recolher	937	1.020
IRRF sobre folha	8.514	-
	<b>131.983</b>	<b>100.539</b>

## 10. Outros passivos

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços a pagar (a)	84.986	-
Seguros a pagar	-	7.829
Aluguéis a pagar	6.115	6.588
Outros	-	309
	<b>91.101</b>	<b>14.726</b>

(a) Nesta rubrica está apresentado o valor a pagar a título de serviços tomados em 2017, que serão quitados em 2018.

## 11. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2017	Reclassificado 31/12/2016
ISS a recolher	9.245	6.362
ISS a recolher – 2008 <b>(b)</b>	-	69.371
COFINS a recolher	3.758	6.936
ISS parcelamento 2007 - curto prazo <b>(a)</b>	39.289	39.289
IRRF a recolher	1.864	6.740
CSRF a recolher	5.038	1.214
INSS retido a recolher	-	1.667
Contribuição sindical a recolher	-	-
<b>Total circulante</b>	<b>59.194</b>	<b>131.579</b>
ISS parcelamento - longo prazo	118.536	157.825
<b>Total não circulante</b>	<b>118.536</b>	<b>157.825</b>
<b>Total</b>	<b>177.730</b>	<b>289.404</b>

- (a)** Em 16 de outubro de 2007 o Instituto foi autuado pelo município de São Paulo pelo não recolhimento do ISSQN à alíquota de 5% incidente sobre as receitas provenientes de notas fiscais emitidas no período de janeiro de 2002 a junho de 2007 contra pessoas jurídicas. Este processo foi finalizado por meio de acordo de pagamento por parcelamento (PPI), que se iniciou em novembro de 2011, com prazo de liquidação em 120 (cento e vinte) meses, com pagamento inicial no valor de R\$ 6.460 (parcela inicial de R\$ 1.900, incluindo custas judiciais e juros mensais). Em 31 de dezembro de 2017 o Instituto encontra-se adimplente com suas obrigações;
- (b)** Em 27 de dezembro de 2013, o Auditor Fiscal lavrou o auto de infração nº 66.844.142 contra o IIA Brasil, sobre a alegação de que o Instituto deixou de recolher o ISSQN no prazo regulamentar durante o período de fevereiro a dezembro de 2008. O Instituto entrou com recurso alegando a prescrição do período autuado. Por orientação do escritório de advocacia Gouveia & Padulla advogados, realizamos o depósito judicial no valor de R\$ 155.870, referente à infração supracitada, juros e multa. No decorrer do processo a Prefeitura Municipal de São Paulo abriu o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), tendo o Instituto aderido ao mesmo, optando por pagamento à vista com desconto, sendo o valor total a ser pago de R\$ 65.153. O Instituto irá reaver a diferença (R\$ 90.717) entre o valor do depósito judicial e o valor pago no PPI, após a Prefeitura levantar o respectivo valor.

## 12. Patrimônio líquido

Conforme estatuto social, o Instituto deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit, caso houver. Dessa forma, o superávit ou déficit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio líquido.

### 13. Receitas líquidas de prestação de serviços

	31/12/2017	Reclassificado 31/12/2016
Treinamentos	2.271.967	3.026.551
Certificação	642.889	568.382
Associação	632.059	676.528
Quality Assessment	405.875	170.095
Eventos	1.842.328	1.495.190
<b>Receitas líquida serviços prestados (a)</b>	<b>5.695.118</b>	<b>5.936.746</b>

(a) Vide Nota Explicativa nº 2.5 (a)

### 14. Custo com prestação de serviços

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços de terceiros	(454.530)	(506.230)
Royalties IIA Global	(604.786)	(825.156)
Viagens e estadias	(156.112)	(123.548)
Congressos e seminários	(1.314.863)	(1.319.205)
Locação de espaço	(171.754)	(157.896)
Lanches e refeições	(119.398)	(67.184)
Material de consumo	(71.999)	(65.567)
Fretes e carretos	(19.574)	(14.585)
Taxi, conduções e quilometragem	(36.305)	(22.734)
Outras	(48.053)	(75.701)
<b>Total</b>	<b>(2.997.374)</b>	<b>(3.177.806)</b>

### 15. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2017	Reclassificado 31/12/2016
Pessoal	(1.144.975)	(891.929)
Encargos sociais	(371.700)	(239.993)
Assistência médica	(124.415)	(84.561)
Serviços de terceiros	(452.142)	(236.126)
Aluguéis e condomínios	(101.935)	(109.481)
Depreciações e Amortizações	(18.079)	(19.044)
Viagens e estadias	(197.157)	(74.619)
Tributos (a)	(177.027)	(180.212)
Outras	(323.333)	(334.295)
<b>Total (b)</b>	<b>(2.910.763)</b>	<b>(2.170.260)</b>

(a) Em 2016 era contabilizado nesta rubrica, além de tributos e taxas, impostos retidos indevidamente por clientes. A partir de 2017 essas retenções de impostos sofridas indevidamente por clientes passaram a ser contabilizadas como deduções e abatimentos dos serviços prestados. Para efeito de comparabilidade, reclassificamos o saldo de 2016 no montante de R\$ 24.786 para dedução e abatimento dos serviços prestados.

(b) Vide Nota Explicativa nº 2.5 (b).

## 16. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
Receita de aplicações financeiras líquidas	73.694	81.949
Ganho redução dívida (a)	89.621	-
Outras receitas financeiras	380	2.158
<b>Receitas financeiras</b>	<b>163.695</b>	<b>84.107</b>
Juros pagos ou incorridos	(2.785)	(941)
Despesas bancárias	(17.080)	(18.585)
Variação cambial passiva	(39.468)	-
PPI Parcelamento	(85.402)	-
Outras	(2.716)	(68.625)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(147.451)</b>	<b>(88.151)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>16.244</b>	<b>(4.044)</b>

(a) Este valor refere-se a anistia concedida pela lei nº 16.680/2017 que instituiu o programa de parcelamento incentivado – PPI 2017 no Município de São Paulo. O Instituto optou pelo PPI em 30/08/2017 na modalidade de pagamento à vista, onde foi concedido redução de 75% de multa, 85% de juros moratórios e 75% dos honorários advocatícios.

## 17. Demandas judiciais

O Instituto não é parte envolvida em nenhum processo judicial, conseqüentemente, não existe provisão para cobrir eventuais riscos.

## 18. Trabalhos voluntários

Visando ao atendimento das práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, especificamente a Resolução do CFC nº 1409/2012, norma ITG 2002 (R1), na tabela a seguir, demonstramos os valores justos estimados dos trabalhos voluntários recebidos pela Entidade, como se houvesse ocorrido o desembolso financeiro com estes eventos e/ou profissionais:

Descrição	Qtde. em horas	Taxa média hora em reais	Total em reais 2017
Atuação Conselho/Diretoria e Comitê	690	51,16	35.300
<b>Total</b>			

Descrição	Qtde. em horas	Taxa média hora em reais	Total em reais 2016
Atuação Conselho/Diretoria e Comitê	540	51.16	27.626
<b>Total</b>			

